

SUBJETIVIDADE E IMAGINÁRIO LINGÜÍSTICO*

Bethania Mariani**

Resumo: Com esse trabalho objetivo discutir possíveis desdobramentos teórico-metodológicos de uma expressão usada por M. Pêcheux em *Semântica e discurso* (1988): “imaginário lingüístico (corpo verbal)”. Procuro, ainda, retomar Pêcheux, no sentido de que, para o autor, um estudo que considere esta questão permitirá delimitar a enunciação de um ponto de vista ainda não considerado pela lingüística, ou seja, permitirá que se teorize “um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos”.

Palavras-chave: subjetividade; inconsciente; ideologia; imaginário

*O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo,
sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente
e isso tem a ver com o fato de nossos corpos
serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.
(P. Henry)*

1 INTRODUÇÃO

Devo dizer, logo de início, que não vejo como discutir questões relativas à língua sem considerar o inconsciente e a ideologia, ambos inseparáveis nos processos de constituição do sujeito pela linguagem. Portanto, é do sujeito dividido, compreendido como efeito de linguagem, que trato aqui. Tal posição teórica,

* Esse trabalho faz parte de uma pesquisa financiada pelo CNPq. Versão resumida foi apresentada no II Congreso y V Coloquio de Aled em Puebla (México). Em termos gerais, a referida pesquisa tem como objetivo a análise de colunas de consultório publicadas em jornais cariocas. Em meio a uma massa textual jornalística que se representa como retrato da realidade, essas colunas surgem como espaços previamente marcados e autorizados para a apresentação de narrativas de problemas pessoais. Assim, tais colunas, organizadas a partir de cartas de leitores dirigidas a psicanalistas, vão constituir uma brecha, uma rachadura, uma falha no ritual jornalístico de apresentação da “verdade” de fatos que falam por si, cujo suporte seria a língua entendida como instrumento de comunicação de informações. O que provoca a falha é a irrupção de uma subjetividade, de uma personalidade: a carta apresenta um problema pessoal, um sofrimento particular e singularizado. Trata-se, dessa forma, de uma produção discursiva bastante propícia para discutir o imaginário lingüístico tal como está sendo conceituado aqui.

**Professora da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Lingüística.

fruto de uma inquietação que me levou a transitar entre a lingüística, as ciências sociais e a psicanálise, encontrou acolhida nos estudos sobre Análise do Discurso propostos por Michel Pêcheux. Se, no início de minha trajetória, debrucei-me prioritariamente nos estudos sobre o materialismo histórico enquanto teoria das formações e transformações sociais, já há algum tempo - e seguindo indicações de Pêcheux relativas à constituição do campo da Análise do Discurso -, encontro-me voltada para uma leitura mais sistemática da obra de Jacques Lacan, no intuito de melhor compreender os desdobramentos implicitados por Pêcheux ao dizer que a discursividade precisa considerar seu campo atravessado por uma teoria do sujeito de base psicanalítica (Confira-se MARIANI, 1996).

Com esse trabalho, objetivo discutir possíveis desdobramentos teórico-metodológicos de um conceito usado por Pêcheux em *Semântica e discurso* (1988): “imaginário lingüístico (corpo verbal)”. Afirma o autor que o imaginário lingüístico é o lugar onde se constitui - ou, do meu ponto de vista, lugar onde se encontra materializada - a rede de paráfrases e reformulações características de uma formação discursiva. Entendo que, nesse corpo verbal, resultado do funcionamento do esquecimento número 2 encobrindo o esquecimento número 1, encontram-se os efeitos do inconsciente e da ideologia na constituição do sujeito pelo simbólico. É ainda importante retomar Pêcheux, pois, para o autor, um estudo que considere esta questão permitirá delimitar a enunciação de um ponto de vista ainda não considerado pela lingüística, ou seja, permitirá que se teorize “um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos” (Confira-se PÊCHEUX, 1988, p. 175-177).

Para discutir esses dois objetivos, tanto será necessário estabelecer algumas conexões teóricas da análise do discurso com a psicanálise quanto rever conceitualmente as noções de sujeito, enunciação e simbólico.

A fim de tornar produtiva a discussão sobre o conceito “imaginário lingüístico”, organizei esse texto de modo a apresentar os pontos teóricos que funcionam como balizas metodológicas do que estou desenvolvendo:

- 1) no que diz respeito ao sujeito e ao simbólico: a) tematizo uma concepção de sujeito como produzido pelo simbólico e, nesse sentido, retomo a afirmação lacaniana de que “um significante representa o sujeito para outro significante”, buscando refletir sobre as conseqüências de tal afirmação no campo do discurso, b) situo essa conceituação interligada do sujeito e do significante

com a noção de produção dos sentidos, c) discuto o sujeito como efeito de linguagem do ponto de vista lacaniano e como efeito-sujeito em termos discursivos;

2) no que diz respeito ao imaginário lingüístico: d) discuto a enunciação em termos da emergência do inconsciente e não apenas como manifestação dos pensamentos de um sujeito-ego-pleno, d) retomo inquietações formuladas por Pêcheux sobre o registro funcional do “moi-je” e a consistência conceitual de uma posição-sujeito, considerando o real da língua.

Antes de prosseguir, é relevante dizer que essas retomadas conceituais serviram de base para discutir que, frente à incompletude do simbólico e à sujeição ao real da língua, é no imaginário lingüístico que o sujeito encontra refúgio, enquanto ilusão necessária de sua unidade.

2 SINGULARIDADES E CONEXÕES

De início, é importante ressaltar que objeto e objetivos da análise do discurso e da psicanálise se aproximam e se afastam radicalmente.

Pêcheux, partindo de uma crítica ao estado das ciências humanas e sociais nos anos sessenta, estabelece o discurso como objeto de uma disciplina de entremeio, cujo objetivo maior é estabelecer uma reflexão sobre sujeito e sobre funcionamentos lingüístico-históricos, visando a uma compreensão da interpelação ideológica constitutiva da produção de sentidos nos sujeitos. O conceito de sujeito em questão remete também para o sujeito dividido da psicanálise, ou seja, um sujeito como efeito de linguagem, falado pelo inconsciente. Citando Lacan – “só há causa daquilo que falha” –, Pêcheux dirá que a categoria de sujeito da análise do discurso deve considerar essa causa [do que falha], na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido”.¹

¹ Pêcheux retoma Lacan também para mostrar que o inconsciente não é algo que viria após a interpelação ideológica, sobrepondo-se a um “ego-sujeito-pleno” (1988, p. 300)

Grande parte do do projeto teórico da análise do discurso foi o de trabalhar conceitualmente o fato de que inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados na ordem significante da língua. Pêcheux irá particularizar essa relação dizendo que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, **mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente**” (1988, p. 301).

Em se tratando da psicanálise, temos um campo inaugurado por Freud que postula a hipótese do inconsciente, ou seja, uma *coisa* que tem um caráter psíquico. Em seu retorno a Freud, Lacan mostrará que o inconsciente é a manifestação de um saber desconhecido e não familiar para o sujeito, “um sentido não antecipável, irreduzível e irreconciliável”.² Em suma, algo totalmente sem substância, impensável, inabordável. “O inconsciente”, diz Lacan, “é uma parte que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (Confira-se LACAN, 1998, p. 260).

É partindo desse retorno a Freud, e de uma revisão crítica da concepção saussureana de língua como sistema de valores, que Lacan irá conceituar o inconsciente a partir da linguagem ou, indo além, estruturado como linguagem. A psicanálise tem no sujeito seu objeto e apresenta como objetivo maior um trabalho clínico.³ Em termos conceituais, de que sujeito trata a psicanálise? Assim como para a análise do discurso, não se trata de um sujeito cartesiano, consciente, autônomo, aquele que diz “eu” para um analista. Do ponto de vista lacaniano, o

² Considerando que “...o inconsciente é *aquilo que não pode tornar-se consciente*”, o que é a consciência? Segundo Jurainville, “quando se toma consciência, *verifica-se* aquilo que já se sabia – sem que justamente isso seja colocado como tal. [...] A consciência tem um pressuposto – esse saber, que será preciso determinar - contra cujo fundo ela se desenha como verificação, ou melhor, comprovação ‘de que é isso mesmo’ [...] Que é então que caracteriza essa anterioridade na consciência? É a atribuição de um sentido. [...] o que se produz com a consciência: um sentido que era antecipado é ‘verificado’, ou melhor, comprovado no presente - re-constituído. [...] Deveremos então indagar-nos se não poderíamos conceber um sentido que de modo algum fosse antecipável. Se ele existisse, seria então perfeitamente certo que nos encontraríamos diante daquilo a que se deveria chamar *o inconsciente*, no sentido daquilo que não pode tornar-se consciente” (JURAINVILLE, 1995, p. 31-39).

³ Os comentários de Olgivie são bastante elucidativos a esse respeito: “[...] o objeto da psicanálise é o sujeito, não tomado como objeto diante de um observador neutro, mas como só podendo constituir o objeto de um trabalho dentro de uma relação, uma estrutura da qual o analista faz parte” (OLGIVIE, 1988, p. 39-40).

fato de o sujeito falar como um “eu”, seguro de sua unidade, mostra que ele “ostenta a linguagem” e, ao mesmo tempo, “nela se perde”.⁴

Recusando o idealismo em vigor nas ciências humanas (em especial na psicologia) e colocando em discussão o movimento estruturalista, tanto Pêcheux quanto Lacan vão assinalar que o sujeito, enquanto constituído pela linguagem, não é causa ou origem de si mesmo. De acordo com P. Henry (1990), assim como vários intelectuais de sua época, ambos objetivam “desfazer-se da sujeição transcendental em qualquer de suas formas”. Nesse ponto, a releitura da lingüística foi crucial para o desenvolvimento teórico tanto da psicanálise quanto do materialismo histórico e da análise do discurso: a recusa ao idealismo presente na concepção de sujeito soma-se à recusa de uma concepção transparente de linguagem como instrumento de comunicação de informações.

Embora para a AD e para a psicanálise, em suas críticas ao idealismo platônico, sujeito e linguagem sejam a porta de entrada para a compreensão dos processos que constituem o sujeito, Lacan trabalha o sujeito como efeito de linguagem, enquanto que Pêcheux, retomando Althusser, irá colocar, inicialmente, o efeito-sujeito como questão central em seu trabalho, que incorpora o histórico-ideológico como constitutivo da materialidade significante. Esse estatuto particular da análise do discurso e da psicanálise, porém, não impede que conexões sejam feitas a partir de indicações teóricas formuladas no interior de cada campo.

Uma dessas conexões diz respeito ao paradoxo que envolve a posição do analista. Ambos - analista do discurso e psicanalista - defrontam-se com objetos de trabalho constituídos no interior de uma relação da qual ambos também fazem parte, colocando em jogo, dessa forma, o estatuto de objetividade e neutralidade reservado a uma concepção de ciência. Ao invés de buscar uma pretensa e ilusória atitude científica neutra e objetiva, a AD e a Psicanálise incorporam o paradoxo no âmbito de seus trabalhos de pesquisa e clínico, respectivamente, reforçando o escopo teórico de suas metodologias. Em outras palavras, não há uma busca de regulação, administração ou domesticação dos objetos e das práticas analíticas, assim como vai-se ao encontro do fato de que a ideologia e o inconsciente afetam os gestos de compreensão-interpretação das leituras e escutas empreendidas.

⁴ A frase de Lacan é “Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto” (LACAN, 1998, p. 301). Confira-se também Olgivie (*op. cit.*, p. 113).

As teorias diferem, porém, relativamente ao desejo que preside a ocupação desse lugar: o desejo do psicanalista não é o mesmo do analista do discurso e isso traz conseqüências teórico-práticas relativamente à descrição e à compreensão das questões sobre o sujeito e sobre a linguagem que se apresentam. Em termos bastante genéricos, nem o analista do discurso irá psicanalizar os textos (orais, escritos e não-verbais) que se propõe a analisar, nem o psicanalista vai se deter nas condições ideológicas de produção do discurso do paciente, uma vez que seu interesse estará centrado fundamentalmente nos processos do significante, nos deslizamentos metafóricos e na aparição fugaz do inconsciente.⁵

2.1 Ainda sobre singularidades e conexões

Como já foi dito, esse estatuto particular da análise do discurso e da psicanálise, porém, não impede que conexões sejam feitas a partir de indicações teóricas formuladas no interior de cada campo. Ambas, por exemplo, são críticas à Psicologia como “ciência do sujeito” e ambas, cada uma a seu modo, recusam o apagamento da história.

Do ponto de vista do materialismo histórico, Pêcheux trabalha a história, não “como puro efeito imaginário”, mas como lugar contraditório em que se materializam os equívocos, pontos que afetam a univocidade lingüística do sujeito, levando o sujeito ao encontro do real histórico.⁶ “A irrupção do equívoco”, diz Pêcheux, “afeta o real da história [...] o equívoco aparece como o ponto onde o impossível (lingüístico) vem se conjugar à contradição (histórica); **o ponto onde a língua toca a história**” (PÊCHEUX, 1981, p. 62). Observe-se, ainda, que para a Análise do Discurso interessam as posições discursivas ocupadas pelo sujeito para ser sujeito do que diz em condições histórico-ideológicas determinadas. Um dizer inscrito na ideologia, isto é, nas representações imaginárias que os sujeitos constituem face às suas condições materiais de existência, representações essas que vão se naturalizando na história. É um dizer historicamente circunscrito às redes de paráfrases, substituições metafóricas e encadeamentos constitutivos dos processos de produção dos sentidos inerentes

⁵ Lembre-se, por exemplo, que na análise dos processos oníricos Freud não dá o mesmo estatuto aos “restos diurnos” que dá aos processos metaforonímicos que constituem o relato do sonho.

⁶ Palavras de Pêcheux referindo-se a Milner (PÊCHEUX, 1981, p. 32 e, mais adiante, p. 62).

às formações discursivas e que garantem um efeito de literalidade para as representações imaginárias. O sujeito, para a análise do discurso, é uma posição material lingüístico-histórica produzida em meio ao jogo contradições e tensões sócio-ideológicas. Assim, em uma dada análise, busca-se compreender o modo de produção de sentidos resultante das posições discursivas de sujeito constituídas.

Lacan, por sua vez, não nega ou negligencia a história, embora privilegie o significante como elemento primordial no processo de constituição do sujeito. Uma das questões que visava discutir em sua tese (de 1932) era um apelo ao retorno “àquilo que há de mais humano no homem, a história” (*apud* OLGIVIE, *op. cit.*, p. 48). É a abordagem pela via da história que permite um relativismo na abordagem do delírio, por exemplo. Isso não quer dizer, por outro lado, que Lacan caia em um sociologismo exterior, responsável por desvios patológicos (LACAN, 1998, p. 498 e OLGIVIE, *op. cit.*, p. 69-70): a entrada do sujeito na linguagem é anterior à sua entrada na sociedade. Em seu tenso diálogo com o materialismo histórico e com os destinos que a ciência histórica estava tomando (questões diversas vezes citadas ao longo de sua obra e, mais especificamente, no texto conhecido como “Discurso de Roma”), Lacan lembrará aos jovens psicanalistas que, se a psicanálise e a história são ciências do particular, isso não quer dizer que ambas trabalhem apenas com fatos ou acontecimentos acidentais. “Os acontecimentos se engendram numa historicização primária, ou seja, a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita, no foro íntimo e no foro externo” (LACAN, *op. cit.*, p. 262).

Sendo possível estabelecer uma (fraca) analogia com o funcionamento da historicização, no jogo entre a memória e o esquecimento, cabe à psicanálise ajudar o sujeito a “perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de ‘reviravoltas’ históricas” (LACAN, *op. cit.*, p. 263). São “fatos históricos”, no dizer de Lacan, pois ou se mostram reconhecidos e com determinado sentido, ou se encontram censurados, sob uma amnésia do recalque. Mas são “fatos” impossíveis de serem cogitados fora da linguagem. Compreendendo o sujeito como efeito do inconsciente, o importante para a psicanálise é levar o sujeito a (se) perceber (n)o jogo dos significantes que o constituíram e que tanto cristalizam sentidos para determinados “fatos” quanto estão sempre permitindo uma equivocação e o desvelar de sentidos outros para esses “mesmos fatos”.

Feitas essas considerações iniciais, que circunscrevem em parte a questão teórica em que esse trabalho se inscreve e não pretendem de forma alguma esgotar o quadro conceitual da análise do discurso e da psicanálise, passo a trabalhar mais de perto com o sujeito e o simbólico.

3 SIGNIFICANTE E SENTIDO

Quando se fala em constituição do sujeito pela linguagem, ou quando se menciona a importância da incompletude do simbólico nesse processo de constituição do sujeito, do que se está falando, exatamente? É necessário retomar a questão do significante nas duas teorias para melhor situar a questão.

Trago, então, as pistas deixadas por Pêcheux ao retomar Lacan e Althusser (PÊCHEUX, 1988, p. 163): o sujeito, quando diz “eu” (“ego”), o faz a partir de sua inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade” do que lhe é dado a ser, agir, pensar. Tal relação estabelecida com a “realidade” é da ordem do imaginário, algo que se produz após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro,⁷ ou seja, o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico e partir do simbólico para dizer “eu” e para se referir a um mundo já simbolizado. Ora, o que se tem aqui, como já foi dito, é uma anterioridade do simbólico produzindo o assujeitamento do sujeito ao campo da linguagem, ou, dizendo de outra maneira, o que se tem é uma dependência do sujeito ao significante. Importa realçar nesse momento da reflexão que tanto para a psicanálise quanto para a análise do discurso, o sujeito não é um *a priori*: o que se coloca como ponto de partida é o Outro, ou seja, a o Outro da linguagem e da historicidade (memória).

Para Lacan, em função da importância concedida à inscrição do sujeito na linguagem, torna-se fundamental a retomada do que a lingüística discerniu como

⁷ Estou me valendo, aqui, de uma ambigüidade proposital: uso a palavra ‘Outro’ para designar, simultaneamente, o grande “Autre” lacaniano – isto é, o simbólico, o Outro da linguagem, “tesouro de significantes”, o inconsciente enquanto “discurso do Outro” (LACAN, *op. cit.*, p. 529; confira-se Le GAUFEY, 1996, p. 186) –, e o Outro que, do ponto de vista discursivo, remete de modo exclusivo para o “interdiscurso como real (exterior)”. (PÊCHEUX, *op. cit., ip.* 163 e ORLANDI).

objeto: a língua como sistema de (valores) signos constituídos por significados e significantes. E foi a partir de uma releitura crítica desse mesmo objeto, que tornou-se possível afirmar sobre o significante:

[...] o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. [...] Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse momento. Impõe-se, portanto, a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante [...] (LACAN, *op. cit.*, p. 505-506).

Se o sujeito não fabrica a linguagem, deve ser concebido como um efeito de sua constituição na linguagem, se o sujeito não é causa ou origem de si mesmo em função desse aprisionamento primeiro nas malhas de significantes que o antecedem, então isso aponta para o fato de que sua inscrição no simbólico o faz portador da divisão inconsciente: o sujeito é falado antes de falar, e sua entrada no simbólico é a entrada em um sistema significante que remete a si mesmo antes de constituir redes de sentidos historicamente determinados para o sujeito. Em outras palavras, sem significantes não há sujeito, e, ao mesmo tempo, o sujeito advém representado nesses significantes que o constituem. Para haver sujeito há que haver uma inscrição do significante.

O inconsciente é marcado pela inscrição do significante. E mais, o assujeitamento à ordem significante aponta para o que a psicanálise lacaniana insiste em afirmar: inconsciente e linguagem têm a mesma estrutura, ou ainda, o inconsciente funciona como uma linguagem, à moda de uma linguagem. Nessa definição conjunta de sujeito e significante, compreende-se que a entrada do sujeito no simbólico, na linguagem, se constitui simultaneamente à perda do objeto. Por outro lado, ao falar, ou melhor, ao usar das palavras, dentre elas o “eu”, o sujeito se mostra em sua inserção na história e, simultaneamente, em um percurso já feito na língua, nesse deslizar de significados sob os significantes.

Assim, na definição lacaniana de sujeito, o significante vem junto, e é “o significante que representa o sujeito para outro significante” enquanto “o signo é o que representa qualquer coisa para qualquer um” (Le GAUFÉY, 1996, p. 164).

O signo é imposto, mesmo que pareça provir do exterior e se constituir em signo para o sujeito. Nele se conjugam duas representações, exatamente

como havia determinado Freud no tocante ao pré-consciente: associação de uma representação de coisa com uma representação de palavra. É a exterioridade que aparece no signo não é outra senão a do sujeito em relação ao mundo (JURAINVILLE, 1987, p. 38).

Como se pode ler nessa citação, não se trata de evocar um vago poder dos signos/palavras sobre o sujeito. Ao contrário, nos signos já se conjugam as representações de coisas às representações de palavras e esse processo não é exterior ao sujeito. No entanto, uma pergunta pode ser formulada a partir da citação acima: e a questão do sentido? Como se realiza essa relação de sentido do sujeito com o mundo?

Para Pêcheux, em sua visada teórica da relação entre o inconsciente e a ideologia, o assujeitamento à linguagem não se realiza fora do ideológico, ou, mais precisamente, fora da identificação sofrida pelo sujeito à formação discursiva na qual ele se constitui, embora essa identificação-interpelação se encontre recalcada.

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi 'sempre-já' desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está 'sempre-já' desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante (PÊCHEUX, 1988, p. 176).

Aqui se marcam uma semelhança e uma diferença em relação ao pensamento lacaniano: nem a psicanálise desconhece ou ignora a instância ideológica na constituição subjetiva, nem a análise do discurso evita a compreensão do inconsciente estruturado como uma linguagem. Porém, são trabalhos diferentes: o trabalho da escuta psicanalítica incide menos na linearidade da narrativa empreendida pelo sujeito sobre suas histórias passadas ou sobre o que vem acontecendo e mais sobre o deslizar vacilante dos significantes que provoca falhas nessa linearidade narrativa numa situação de transferência com um determinado analista. À psicanálise interessa esse funcionamento inconsciente do sujeito, em situação transferencial, que aponta para a estruturação da sua neurose.⁸

⁸ O sujeito, nesse lugar de paciente, no jogo constituído entre seu discurso e a escuta do analista, se mostra, se revela, 'fala' de usa constituição subjetiva exatamente naquilo que se marca como um "branco ou mentira". Conforme Lacan, "o inconsciente é a parte do discurso concreto, transindividual que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente" (LACAN, 1998, p. 244)

Para a análise do discurso, porém, a supremacia do significante sobre o significado deve ser compreendida em referência a uma dada formação discursiva “determinada por seu exterior específico”. Esse é um “processo radicalmente ocultado (recalcado) para o sujeito-falante que está sob a dominância dessa formação discursiva” (PÊCHEUX, *id. ibid.*). Discursivamente, supor que os significantes estão relacionados às formações discursivas é o que permite operar metodologicamente a produção de sentidos ou obviedades. São significantes cujos sentidos estão vinculados a uma formação discursiva e se mostram já-lá, como evidências para um sujeito. Ainda em termos da análise do discurso, analisam-se as formações discursivas levando-se em consideração a seguinte distinção relativamente aos significantes: a forma empírica, a forma abstrata e a forma material (lingüístico-histórica), que é a forma discursiva (ORLANDI, 1996, p. 49).

No domínio discursivo, interessam tanto as falhas na ordem da língua quanto o modo específico de construção de uma linearidade ‘narrativa’. Ou melhor, é a análise da(s) posição(ões) discursiva(s) inscrita(s) em uma produção textual qualquer, com sua ordem, organização e falhas peculiares que interessa(m) ao analista do discurso. O que o sujeito diz, seja lá como for, diz dentro da história. O que falha na prática discursiva do sujeito, o que derrapa nessa prática, também é algo que se dá dentro da história. E é por isso que produz sentido. As falhas na ordem significante se realizam em condições de produção determinadas, são o resultado do funcionamento da língua em relação ao inconsciente e à ideologia.

Em outras palavras, a produção de sentidos se dá na relação do funcionamento da língua com o funcionamento do inconsciente e da história, ou seja, o que é da ordem do languageiro se encontra materialmente ligado ao que é inconsciente e ao que é da ordem da historicidade com suas contradições e produção de efeitos de literalidade dos sentidos (ORLANDI, *op. cit.*, p. 46-47). O acesso à ordem da língua, em sua materialidade, só é possível se concebemos essa materialidade sendo afetada pela materialidade da história. Os significantes estariam, assim, materialmente afetados pela história. Lembre-se aqui, ainda, que inversamente não há história sem língua ou, como afirma Henry, “os fatos reclamam sentidos” (1994, p. 51).

Retomando a questão da constituição do sujeito para Pêcheux, deve-se dizer que interessa à análise do discurso compreender o processo de assujeitamento ao Outro em termos do modo de inscrição da interpelação pela

ideologia (na história). Discursivamente, o sujeito é uma posição em movimento histórico: os lugares de onde fala constituem o que diz, mas isso não é transparente para o sujeito. O sujeito significa já afetado pelo Outro sem se dar conta do processo de retomadas e mudanças das significações no qual se encontra.

Esse é o lugar da interpretação ou, mais especificamente, dos gestos de interpretação. Não há como não interpretar e nos gestos de interpretação encontra-se “o vestígio do possível”: a interpretação “é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 18).

Em outras palavras, a análise do discurso quer compreender os gestos de interpretação: como alguns significantes “tomam corpo” na história, prendem-se a sentidos e se tornam signos para uma dada posição-sujeito de onde um sujeito enuncia em determinadas condições de produção, já interpelado pela ideologia, já falado pelo Outro. É o que nos diz Pêcheux sobre o sujeito:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (1988, p. 163).

Nessa formulação de Pêcheux, deve-se dizer que o “recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação (...)” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 133). Isso não quer dizer, porém, que nos significantes que constituem o sujeito já se encontrariam traços de um sociologismo ou de uma marca cultural exterior e determinante ou qualquer coisa semelhante. O que se pode depreender dessas formulações é que a instância ideológica, enquanto processo histórico e lingüístico responsável pela naturalização dos sentidos, se faz presente na produção discursiva do sujeito tanto quanto as marcas do modo como tomou forma a sua estrutura neurótica.

Em resumo, o centro da discussão para a análise do discurso é a compreensão de como o histórico-ideológico, constitutivo do processo de

naturalização dos sentidos e, portanto, presente materialmente no linguageiro enquanto produção de evidências da realidade, figura no simbólico.

4 SUJEITO E IMAGINÁRIO LINGÜÍSTICO

Retomando o que foi dito na sessão anterior, ao enunciar “eu” (ou então o seu nome próprio, seja ele qual for) o sujeito já se encontra assujeitado, mostra uma inserção na língua que é, também, uma inserção na história enquanto processo de produção de sentidos. No que se refere à psicanálise lacaniana, para haver sujeito, para que um bebê venha a se constituir sujeito dizendo “eu”, é imprescindível sua entrada na ordem significante, ou seja, uma entrada inicial em uma ordem significante que ficará marcada e que dará suporte material para que os sentidos advenham.⁹ É isso que possibilitará a estruturação do inconsciente, por um lado, e que se marcará na fala do sujeito, sem que o sujeito se dê conta disso, por outro. No domínio discursivo, o processo de constituição do sujeito também supõe um assujeitamento à ordem significante: a questão da significação não vem em primeiro plano, mas vem sim junto com a possibilidade da inscrição da ordem significante numa dada formação discursiva, aquela em relação à qual o sujeito se identificará.

Em termos discursivos, há um apagamento (necessário) para o sujeito desse processo do significante que o constituiu na interpelação ideológica e na identificação a uma formação discursiva. O sujeito não se percebe preso em uma rede de linguagem, rede essa que o constituiu como sujeito antes de mais nada. O sujeito ‘sofre’ os efeitos da interpelação-identificação ficando preso às evidências constituídas na própria linguagem: julga-se fonte dos próprios pensamentos, origem do próprio dizer, julga-se capaz de dominar o seu dizer, julga-se livre para dizer o que quiser, *etc.* Como diz Pêcheux, a partir da filiação ao pensamento lacaniano de que um significante representa o sujeito para outro significante, é no processo do significante “que está a questão do sujeito como processo (de representação) interior do não-sujeito constituído pela rede de significantes” (1988, p. 157).

⁹ O conceito de letra vai além de um “levíssimo deslizamento terminológico”, pois como afirma Lacan, trata-se do “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem”. (Lacan, *op. cit.*, p. 498)

Duas observações. Retomando o que já foi dito, o assujeitamento ao jogo dos significantes, do ponto de vista discursivo, se faz na relação da língua com a história: “não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados”, como afirma Orlandi. “Para ressoar é preciso a forma material, a língua-e-a-história” (ORLANDI, 2002, p. 68). E, nesse caso, a produção de sentidos se encontra inscrita nessa rede de significantes “encarnados” historicamente, sofrendo os efeitos da tensão constitutiva do funcionamento da linguagem entre a paráfrase – as repetições do já dito antes e em outro lugar - e a polissemia – os deslocamentos, os deslizamentos do dizer - ambas determinadas pelo inconsciente e pela ideologia. E aqui, a determinação dos sentidos em termos históricos (e inconscientes) não deve ser entendida como uma cristalização eterna. Por outro lado, também não se trata de julgar que poderiam ser quaisquer sentidos. Ao contrário, a menção à história (e ao inconsciente) em relação ao funcionamento da linguagem aponta justamente para o fato de que se há repetição é porque também há (possibilidade de) mudança: nem a história, nem o inconsciente, nem a linguagem são imutáveis.

Como já foi mencionado, encontra-se materialmente constituído na linguagem o vínculo do sujeito à formação discursiva que o domina, vínculo esse concebido por Pêcheux como “identificação simbólica”, ou seja, identificação a determinados significantes na linguagem, significantes constitutivos do sujeito como efeito. Na identificação simbólica estão inscritas, portanto, as representações verbais (termo de Pêcheux), ou seja, o resultado do efeito do assujeitamento a uma dada formação discursiva. As representações verbais vinculam-se entre si em função dos processos de reformulação parafrástica inerentes às formações discursivas. E, como efeito de haver sentido, essas representações verbais produzem uma consistência imaginária para o sujeito, ou seja, ficam impregnadas de evidências. Observe-se que essa consistência imaginária só pode concebida porque já há um remetimento ao simbólico, ao campo do Outro.¹⁰ Só é possível falar em imaginário, na perspectiva discursiva, com recurso ao simbólico, ao inconsciente e à ideologia.

É nesse ponto de sua exposição que Pêcheux introduz duas questões: a enunciação e o imaginário lingüístico (corpo verbal). Do seu ponto de vista, há que se teorizar sobre a enunciação levando em consideração “um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos: o corpo verbal que toma posição em um termo (modalidades, aspectos, etc.) e em um espaço (localização,

¹⁰ Esse é o ponto de vista da psicanálise.

determinantes, etc.) que sejam o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 176). Aqui, parece-nos, seria preciso destacar ainda os “efeitos semânticos ligados à sintaxe”, na medida em que, como diz Lacan, “a sintaxe, exatamente, é pré-consciente.”

Algumas distinções se impõem. A primeira é relativa à enunciação. Para a psicanálise, na enunciação se encontram traços do funcionamento inconsciente. Assim, falar em sujeito da enunciação é fazer menção ao inconsciente se marcando na cadeia significante. A enunciação está sempre presente, é marca da *lalangue* na *langue*.

[...] em Lacan, sujeito no enunciado designa bem o sujeito da consciência cartesiano, em troca, o sujeito da enunciação (ao qual ele é oposto) não designa tanto o suporte do desejo inconsciente senão o que se tornará suporte comum ao desejo consciente, ao desejo inconsciente e à aceitação da separação entre os dois. O sujeito da enunciação é o lugar de uma articulação de desejos conscientes e desejos inconscientes. Não é redutível ao suporte do desejo inconsciente (DANON-BOILEAU, 1987, p. 15).

Tal perspectiva se afasta do ponto de vista estritamente lingüístico, já que para a lingüística, a partir de Benveniste, a enunciação porta apenas as marcas da presença do sujeito na língua, as marcas do “eu”. Um sujeito-“eu”/ego-imaginário que, como já foi dito, se supõe indiviso, origem de um dizer sem falhas e que pode, assim, desempenhar diferentes “papéis” lingüísticos.¹¹

Criticando a lingüística e colocando a unidade do sujeito em questão, Pêcheux retoma da psicanálise a diferença entre o sujeito (“je”) enquanto efeito do inconsciente, representado pelo significante e o sujeito (“moi” ou ego-imaginário) que se perde no engano de se julgar como unidade. A cada falha, a cada lapso cometido – marcas dessa divisão inconsciente – o sujeito imaginariamente se reconstrói como unidade, e isso se marca na linguagem. Considera-se, então, como enunciação a presença do sujeito do inconsciente no discurso “consciente”, ou seja, o deslizamento, as rupturas na cadeia significante são a presença material desse sujeito do inconsciente. Trata-se de algo fugaz, não previsível, não controlável e que de algum modo mostra para o sujeito (moi) a

¹¹ V. Authier-Revuz (1995) em sua crítica à pragmática e às estratégias comunicacionais que supõem esse sujeito não-dividido.

sua falta e a incompletude do simbólico. Algo que imediatamente é resgatado, “consertado”, re-significado por essa instância do sujeito centrado (moi), que se representa (necessariamente) como unidade indivisa.

Essa instância do sujeito centrado, totalmente consciente, imerso na ilusão de ser fonte ou origem, se sustenta, como nos lembra P. Henry, na linearidade do discurso comum, na sintaxe enquanto nível de organização das relações entre as frases. Ele se sustenta nessa linearidade, mas é afetado pelo real da língua sem cessar.

Chamo aqui de ‘discurso comum’ esse dizer não endereçado a um analista, mas sim produzido em uma situação qualquer. É um dizer que faz rodeios para evitar o recalque inconsciente e a interpelação ideológica, embora isso seja inevitável. Trata-se de um dizer marcado pelo retorno de um já-dito e pela recusa em dizer o que não pode ser dito a partir de sua formação discursiva. Nesse dizer, por mais que diga “eu”, o sujeito não se implica, não se coloca em termos de uma reflexão crítica de suas próprias palavras. Aliás, o sujeito não percebe que algo fala nele.

O sujeito da enunciação está presente como falta, embora haja um sujeito do enunciado marcado sintaticamente e extremamente preocupado em ter êxito na sua tarefa “comunicativa”. Não se pode esquecer que “para Lacan não há sujeito que não seja já sempre sujeito social, isto é, sujeito da comunicação em geral”. Um sujeito imerso na linguagem buscando garantias nas suas palavras. Ora, quanto mais assujeitado ao Outro, mais o sujeito se empenha em ter êxito no domínio das posições discursivas presentes nesse seu discurso comum. Ou seja, mais ele tenta organizar seu discurso em termos disso que a lingüística textual chama de coesão e coerência, organizadas a partir de um tempo e de um espaço determinados e realizadas em função de seleções lexicais, encadeamentos anafóricos, substituição de palavras, etc.

Retomando a relação que Pêcheux estabelece entre a forma-sujeito e o ego-“eu” imaginário que se coloca como sujeito de enunciados “coesos”, pode-se observar que o que funda essa unidade imaginária é a presença de elementos do já-dito (do pré-construído) inscritos no discurso do sujeito. Ao dizer “eu” desse lugar imaginário e identificado à formação discursiva que o domina, o sujeito materializa sua inserção na história, mostra um percurso de sentidos na língua e, ao mesmo tempo, se coloca a mercê do jogo dos significantes.

Pensar o imaginário lingüístico é, então, “tirar as conseqüências do fato de que o não dito precede e domina” o dizer (PÊCHEUX, 1988, p. 291), por um lado, e que a interpelação ideológica supõe “uma individualização pelo Estado” (ORLANDI, 2002, p. 70). Mas essa já é uma outra história.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi**: boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Tome 1. Paris: Larousse, 1995.
- DANON-BOILEAU, L. **Le sujet de l'énonciation**: psychanalyse et linguistique. Paris: Ophrys, 1987.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. A história não existe? In: Orlandi, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- JURANVILLE, Alain. **Lacan e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar & Campo Freudiano do Brasil, 1987.
- Le GAUFEY, Guy. **L'incomplétude du symbolique**: de René Descartes à Jacques Lacan. Paris: EPEL, 1996.
- LACAN, Jacques. **Seminário**: o objeto da psicanálise.
- _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. **Gragoatá**, Niterói, n. [?]: linguagem, língua e discurso, 1996.
- OLGIVIE, Bertrand. **Lacan, a formação do conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.

Recebido em 25/09/03. Aprovado em 15/11/03.

Title: Subjectivity and linguistic imagination

Author: Bethania Mariani

Abstract: The goal of the present work is to discuss possible theoretical-methodological consequences of a phrase employed by M. Pêcheux in *Semântica e discurso* (1988): “linguistic imagination (verbal body)”. Still Pêcheux is revisited under the perspective that for the author a study that takes such an issue into consideration should allow one to delimit the enunciation from a point of view not yet considered by linguistics, that is, it should allow one to theorize “a linguistic correspondent of the Freudian imagination and ego”.

Keywords: subjectivity; unconscious; ideology; imagination.

Titre: Subjectivité et imaginaire linguistique

Auteur: Bethania Mariani

Résumé: Avec ce travail, j’ai l’intention de discuter des possibles dédoublements théoriques et méthodologiques d’une expression utilisée par M. Pêcheux dans son œuvre *Les Vérités de la Palice* (1988): “l’imaginaire linguistique (corps verbal)”. Je cherche, en outre, à reprendre Pêcheux, dans le sens où, pour l’auteur, une étude qui considère cette question permettra de délimiter l’énonciation d’un point de vue qui n’est pas encore considéré par la linguistique, c’est-à-dire, qui permettra qu’on théorise “un correspondant linguistique de l’imaginaire et de l’ego freudiens”.

Mots-clés: subjectivité; inconscient; idéologie; imaginaire.

Título: Subjetividad e imaginario lingüístico

Autor: Bethania Mariani

Resumen: Con ese trabajo objetivo discutir posibles desdobramientos teórico-metodológicos de una expresión usada por M. Pêcheux en *Semântica y Discurso* (1988): “imaginario lingüístico (cuerpo verbal)”. Procuero, aún, retomar Pêcheux, en el sentido de que para el autor, un estudio que considere esta cuestión permitirá delimitar la enunciación de un punto de vista aún no considerado por la lingüística, o sea, permitirá que se teorize “un correspondiente lingüístico del imaginario y del ego freudianos”.

Palabras-clave: subjetividad; inconsciente; ideología; imaginario.